

A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)

Mário Farelo¹

Resumo

As confrarias de Lisboa têm resistido à síntese. Face às insuficiências documentais que têm limitado a investigação sobre o tema, este artigo propõe uma primeira abordagem, necessariamente sintética e parcial, sobre a evolução histórica da rede confraternal na cidade até 1551. Pretende-se igualmente tecer algumas considerações sobre a sua caracterização, nomeadamente ao nível das cronologias de fundação ou de primeira referência, à tipologia das confrarias envolvidas e das suas relações com outras instituições assistenciais no período considerado.

Palavras-chave

Lisboa medieval; confrarias; corporações profissionais; devoções; hospitais.

¹ IEM-NOVA FCSH; CEHR; CHUL.

The confraternal network in the city of Lisbon (13th-first half of the 16th century).

Abstract

The confraternities of Lisbon have resisted the synthesis. Given the documentary shortcomings that have limited research on the subject, this article proposes a first, necessarily synthetic and partial approach to the historical evolution of the confraternal network in the city until 1551. It is also intended to make some considerations about its characterization, namely at the level of chronologies of foundation or first reference, the typology of the confraternities involved and their relations with other welfare institutions during the period under scrutiny.

Keywords

Medieval Lisbon; confraternities; professional corporations; devotions; hospitals.

As confrarias e irmandades medievais definiam-se, antes de mais, pelo seu papel assistencial, tanto na morte, quanto na pobreza dos seus membros². O acompanhamento litúrgico resultante da primeira e o amparo ao longo da segunda, ainda que por caminhos diferentes, propiciavam um mesmo objetivo: a salvação das almas dos seus confrades. Por um lado, a confraria tornou-se no ocidente medieval um elemento importante no enquadramento religioso dos leigos, pela promoção de atividades devocionais e de piedade, nomeadamente do âmbito da satisfação de rituais associados à boa encomenda do confrade defunto (através do acompanhamento do funeral ou da oração por sua alma)³. Pelo outro

² A bibliografia sobre esta questão é demasiado extensa, pelo que restringimos a referência aos principais estudos sobre a questão ao nível da historiografia nacional. Utilizaremos ao longo do trabalho de forma indistinta os termos de “confraria” e de “irmandade”, uma vez que no período medieval não é possível fazer uma distinção substantiva entre os dois. PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª série, Tomo 7, (1995), p. 17. Agradeço ao meu colega João Luís Fontes a leitura crítica deste texto, assim como as sugestões dada para a sua melhoria.

³ SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português 1500-1800*. Lisboa: CNCDP, 1997, pp. 32-33. As confrarias portuguesas cumpriam assim os mesmos objetivos das suas congéneres peninsulares e extra-peninsulares: PARAVICINI BAGLIANI, Agostino e VAUCHEZ, André (éds.) – *Le mouvement confraternel au Moyen Âge. France, Italie, Suisse*.

lado, essa salvação poderia ser propiciada igualmente ou complementada pelo amparo ao pobre. De facto, a medievalidade – e não só – perspetivou o pobre como aquele mais suscetível de obter a respetiva redenção. Não somente o modelo inicial da comunidade cristã remetia para a pobreza de Cristo e dos seus apóstolos, como o predomínio da alma sobre o corpo individual valorizava a eternidade da primeira sobre o bem-estar material do segundo. Através de uma piedade cariz cristocêntrico e da valorização mendicante das obras de misericórdia e da identificação do pobre com o próprio Cristo, a solidariedade fraternal e o reforço da prática da caridade levada a cabo pelas confrarias tornava-se o garante de uma mais completa intercessão no objetivo derradeiro da salvação eterna de cada um e, no caso vertente, de cada confrade.

Sem obviamente enviesar por completo este pano de fundo, é possível intuir a confraria medieval sob uma outra luz, a de uma instituição que foi simultaneamente geradora e reprodutora de mecanismos de poder⁴. Ao propiciar processos de integração e de coesão comunitária, esta mesma funcionava como um agente social ao assumir um papel de intervenção política. Estes “grupos de interesse”, como lhes chamou Isabel dos Guimarães de Sá⁵, tornaram-se também geradores de identidade⁶.

Identities certamente ligadas à operacionalidade e à promoção de um ideal de pertença, uma pertença que se revelava profundamente multifacetada, porquanto variadas poderiam ser as razões da inclusão do indivíduo numa comunidade confraternal: de um lado o critério espacial de pertença a uma freguesia, funcional pela inserção num mester ou ainda devocional; do outro, o maior ou menor “capital” social e projeção “política” da confraria que obrigava a uma “filtragem” dos candidatos em função de um conjunto de critérios certamente ligados ao estatuto social e às redes de solidariedades que cada um conseguia (ou não) mobilizar. Desse ponto de vista, as confrarias tornavam-se lugares de hierarquização, em que uns eram mais iguais do que outros. Assim era, por exemplo, nas diferentes taxas de entradas pedidas, como nos locais de exumação:

Actes de la table ronde de Lausanne (9-11 mai 1985). Rome: École Française de Rome, 1987; MEERSSEMAN, Gilles-Gérard – *Confraternite e pietà dei laici nel Medioevo*. Rome: Herder, 1977; VINCENT, Catherine – *Les confréries médiévales dans le royaume de France*. Paris, Albin Michel, 1994; TELLO HERNÁNDEZ, Esther – *Aportación al estudio de las cofradías medievales y sus devociones en el reino de Aragón*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico” (C.S.I.C.), 2013; BENÍTEZ BOLORINOS, Manuel – *Las cofradías medievales en el Reino de Valencia (1329-1458)*. Alicante: Universidad de Alicante, 1998.

⁴ Veja-se CLÁUDIO, Ana Sofia – *São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média*. Évora: Universidade de Évora, 2002. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, policopiada.

⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico...*, p. 33.

⁶ PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas...”, p. 15.

ricos moimentos para uns, meras covas para outros⁷. Ou seja, apesar da ideia de “igualdade” inerente à função caritativa da instituição, o seu funcionamento acabava por evidenciar diferenças sociais e espelhar a influência das elites nos respetivos espaços de implantação.

Face às contingências heurísticas que se seguem, não é possível estudar as confrarias da cidade de Lisboa no período medieval em termos da sua projeção nos indivíduos e nos respetivos percursos⁸. Nesse sentido, a parcimónia das abordagens globais relativas ao tema faz pensar que não seria desprovido de interesse uma primeira síntese sobre a evolução histórica do movimento confraternal na Lisboa medieval. Uma vez que a mesma não se encontra alicerçada numa investigação específica e que as insuficiências documentais associadas são reais, este trabalho afigura-se como um primeiro levantamento, como uma primeira abordagem que carecerá de investigações específicas e aprofundadas com vista a desenvolver ou a matizar as ideias aqui somente elencadas.

1. As limitações heurísticas do estudo das confrarias medievais de Lisboa.

A história do movimento confraternal na Lisboa medieval tem resistido (ainda) à síntese. No âmbito de uma historiografia que tem privilegiado a história do fenómeno “hospitalar” na cidade, é fácil verificar a pouca expressão das confrarias na caracterização da assistência praticada na Lisboa medieval, geralmente restrita à identificação das instituições que lhe deram corpo. Com efeito, o discurso histórico sobre as albergarias, hospitais, leprosarias e mercearias medievais de Lisboa ainda não conseguiu libertar-se totalmente da mera “listagem” em função de um conjunto restrito de características comuns: nome, localização, entidade tutelar e a eventual integração ou não no hospital de Todos-os-Santos. Na verdade,

⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz – “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”. In *Cofradías, gremios, solidaridades en la Europa Medieval. XIX Semana de Estudios Medievales, Estella (Navarra) 1992*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1993, pp. 179-180.

⁸ Como se verificou pelo estudo prosopográfico dos membros na oligarquia camarária da cidade entre 1325 e 1433, em que a identificação de oligarcas membros de confrarias da cidade foi extremamente reduzido. O estudo levado a cabo por Maria de Lurdes Rosa sobre a testamentária olisiponense entre 1400 e 1521 confirma essa ideia. Ver FARELO, Mário Sérgio da Silva – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, Tese de Doutoramento em História Medieval, p. 251-252; ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, Tese de Doutoramento em História Medieval, policopiada. Utilizámos a versão mimeografada, embora a mesma já se encontre publicada: Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

esta perspetiva de análise data *grosso modo* dos meados do século XVI, quando a história de Lisboa, procurando exaltar a cidade tornada metrópole, se centrou na enumeração das suas “grandezas”⁹. Com ela nasce a preocupação com o quantitativo, através do elenco e descrição sumária das suas instituições leigas e religiosas. Como seria de esperar, as casas assistenciais e confraternais tornaram-se um objeto natural de arrolamento, à semelhança das instituições eclesiásticas da cidade como as igrejas, conventos, mosteiros e ermidas¹⁰.

Tais listagens, alavancadas com as referências a hospitais e confrarias nas histórias das ordens religiosas e nas corografias produzidas ao longo do período moderno¹¹, constituíram as fontes de base para o referido estudo até aos anos 1970, quando a assistência se tornou um dos temas preferenciais do estudo das práticas religiosas no Portugal medieval¹². O caso de Lisboa ganhou novo alento, sobretudo com a possibilidade de análise de fundos documentais que alguns olisipógrafos haviam entretanto identificado, como a documentação preservada no arquivo régio (registos de chancelaria e *Leitura Nova*) ou aquela que entretanto se tornara acessível a alguns investigadores, como a documentação moderna (mas com referências medievais) pertencente à Provedoria de Lisboa do Juízo das Capelas e ao Hospital de Todos-os-Santos (conservada no hospital de S. José e depois integrada na Torre do Tombo). Apesar desse novo aflujo de informação e das novas perspetivas de análise socioeconómica que se abriam com a Escola dos *Annales*, os estudos então produzidos não inovaram em termos metodológicos. Com raras exceções¹³, optou-se pela reformulação das conhecidas “listagens”, com a correção de erros entretanto detetados, com a identificação de novas confrarias

⁹ CASTELO-BRANCO, Fernando – *Breve história da olisipografia*. Lisboa: ICP, 1979, pp. 10-15.

¹⁰ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Edição de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1987; BRANDÃO (DE BUARCOS), João – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Edição de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. Mais precisões sobre essa questão em ROSA, Maria de Lurdes – “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª série, Tomo 21, (2009), p. 78, nota 18.

¹¹ SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade, redempção de cativos, da provincia de Portugal*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794. 2 vols.; COSTA, António Carvalho de – *Corografia Portuguesa e descripção topográfica...*, tomo III. Lisboa: Na Officina Real Deslandresiana, 1712; CASTRO, João Baptista – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. 2ª edição. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. 3 vols; LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal antigo e moderno...* Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1873-1890.

¹² ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 337.

¹³ FERRO, Maria José Pimenta – “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres”. In *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas. 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Tomo 1. Lisboa: IAC, 1973, pp. 371-400; FERRO, Maria José Pimenta – *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 101-120; PEREIRA, Isaías da Rosa – “As obras de misericórdia na Idade Média: as mercearias de Maria Esteves”. In *A pobreza e a assistência...* Vol. II, pp. 719-759.

e irmandades e com a consolidação das informações sobre os percursos históricos das restantes¹⁴.

Esta opção historiográfica teve os seus custos, pois o seu *facies* casuístico, ainda que absorvido pelas diversas sínteses produzidas ao longo das décadas finais do século XX e inícios da centúria seguinte¹⁵, não originou estudos globais sobre a assistência medieval em Lisboa. Somente nos últimos anos a situação evoluiu com a crescente atenção dada à história das instituições medievais portuguesas e à valorização de fundos documentais pouco conhecidos. Consequentemente, os recentes trabalhos vindos a lume sobre o tema permitem conhecer hoje muito melhor as instituições assistenciais tuteladas pelo poder municipal lisiponense, o património dos hospitais integrado em Todos-os-Santos e a organização daqueles que deixaram registo escrito da sua fundação¹⁶.

Para o presente trabalho, procurou-se recensear as informações relativas às confrarias medievais de Lisboa na documentação régia, municipal e notarial compulsada no âmbito das recentes teses e dissertações sobre Lisboa medieval, muitas delas elaboradas por membros do Instituto de Estudos Medievais (IEM), assim como em projetos envolvendo a leitura de documentação medieval lisiponense¹⁷. O tratamento heurístico do presente trabalho abarcou também o levantamento das informações presentes na coletâneas documentais disponíveis e na bibliografia específica sobre o assunto, complementado pela pesquisa na Base de Dados sobre a “Fontes Medievais de Lisboa”, mantida pelo IEM, assim como

¹⁴ NOGUEIRA, José Maria António – “Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492”. In NOGUEIRA, José Maria António – *Esparsos: Arqueologia, etnografia, bibliografia e história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1934 p. 75-125; CORREIA, Fernando da Silva – “Os velhos hospitais de Lisboa Antiga”. *Revista Municipal*. Lisboa. Ano 2, Nº 10, (1941), pp. 3-13; SALGADO, Anastácia Mestrinho e SALGADO, Anílio José – “Hospitais de Lisboa até ao séc. XV”. *Oceanos*. Lisboa. Nº 4, (Julho 1990), pp. 103-109 e “Hospitais Medievais”. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (Coords.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Advogados, 1994, pp. 442-446.

¹⁵ FERRO, Maria José Pimenta – “Assistência social caritativa: I: assistência na Idade Média”. In ANDRADE, António Banha de – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Resistência, 1980, pp. 635-6761; BEIRANTE, Ângela – *Confrarias medievais portuguesas*. Lisboa: Ed. da Autora, 1990; COELHO, Maria Helena da Cruz – “As confrarias medievais portuguesas”; PENTEADO, Pedro – “Confrarias”. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: A-C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470; ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 338.

¹⁶ NÓVOA, Rita Sampaio da – *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV e XV)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em História – Especialização em História Medieval, policopiada; ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) – *História da Igreja de Portugal*. vol. I: *Formação e limites da Cristandade*, coordenação de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores, 2000, pp. 423-508; LEME, Margarida – “O património dos hospitais medievais na Lisboa Manuelina”. In FONTES, João Luís Inglês et al (Coord.) – *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM, 2017, pp. 393-437.

¹⁷ ANDRADE, Amélia Aguiar e FARELO, Mário – “Lisboa medieval: um tema de investigação no Instituto de Estudos Medievais”. *Cadernos do Arquivo*. Lisboa. Nº 8 (2017), pp. 207-208, 217.

na DIGITARQ, gerida pela Torre do Tombo, e pelo portal do Arquivo Municipal de Lisboa¹⁸.

2. Evolução do fenómeno confraternal na Lisboa medieval.

Tem sido avançado que as raízes das confrarias mergulham em diversas associações antigas pagãs como eram os casos dos *collegia* romanos e das guildas germânicas¹⁹. Para disciplinar tais práticas, a Igreja procurou enquadrá-las no âmbito de instituições regulares como os mosteiros e as paróquias, sendo esta a justificação geralmente apresentada para o facto de as primeiras confrarias encontradas em Portugal, datáveis do século XII, terem sido aparentemente constituídas por clérigos.

Esta evolução só é detetável em Lisboa de forma parcial, uma vez que não subsiste qualquer informação sobre a existência de confrarias na cidade durante o século XII. Não é de descartar a hipótese que, para um tal panorama, tenha contribuído o número pouco elevado de documentos conservados para a cidade de Lisboa durante toda essa centúria e até aos meados da seguinte (**Tab. 1**). Ainda assim, a referência única a uma confraria dos clérigos, antes de 1211, confirma em parte a evolução anteriormente referida, a saber da anterioridade das confrarias clericais em relação às suas congéneres de matriz laical. Registadas unicamente pela via testamentária, tais menções não ocorrem durante a primeira metade de Duzentos e são manifestamente raras ao longo da segunda metade da centúria. Com efeito, o que se sabe provém do testamento de Elvira Soares, datado criticamente entre os anos 1269-1280 e conservado no fundo do *Mosteiro de Chelas*, pelo qual a mesma lega 4 morabitinos à confraria de São Francisco e um morabitino a três outras confrarias, a saber, de Santa Maria Madalena, de São Vicente e do Espírito Santo²⁰.

Ainda que este exemplo, único para a época considerada, não seja um indício da existência em Lisboa, na altura, de um pujante movimento confraternal – o qual, a ter existido, teria *a priori* um reflexo na testamentária lisiponense conservada desse período –, o mesmo não deixa de ser significativo. Com efeito, tais referências sugerem que as gentes de Lisboa seguiram então a *praxis* observada noutros locais

¹⁸ Confira-se a base de dados *Fontes publicada sobre Lisboa Medieval* em: <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=bd4>; os portais Digitarq em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/> e do Arquivo Municipal de Lisboa em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF>.

¹⁹ BEIRANTE, Ângela – *Confrarias Medievais Portuguesas...*, pp. 4-7.

²⁰ TT, *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 10, n.º 189. A data crítica foi determinada em função da data mais antiga em que Pedro Fernandes é designado de almoxarife de Lisboa e a primeira data em que esse cargo é ocupado por outro indivíduo.

do reino, com a fundação de confrarias com uma vocação caritativa e assistencial, criando, gerindo e mantendo hospitais, na sequência de um novo apelo das ordens mendicantes e de uma reforma religiosa e eclesiástica que procurava dotar o clero urbano paroquial de um efetivo papel de intercessão no diálogo dos Homens com Deus²¹. Nesse sentido, cremos não ser abusiva a leitura da escolha de tais oragos em função das instituições eclesiásticas que serviram de sede às respectivas confrarias, como sugerem os casos da colegiada de Santa Maria Madalena e do convento de São Francisco, o mesmo acontecendo com a confraria de S. Domingos identificada em 1293. A referência à confraria de São Vicente relaciona-se porventura com o hospital do mesmo nome, estabelecido junto à Sé e ao qual Elvira Soares deixa uma cama, equipada com uma cócedra (colchão de penas), uma almocela (cobertor), um chumaço (almofada pequena) e dois lençóis²². Se esta identificação estiver correta, temos que já nessa altura existia na cidade uma confraria que tutelava um hospital – designado posteriormente como dos Romeus ou dos Romeiros – vocacionado para o acolhimento dos peregrinos a Roma. Nessa perspetiva, o caso de Lisboa aproxima-se de outros casos conhecidos, em que a peregrinação aos Lugares Santos originou a criação precoce de confrarias como a dos Homens-bons de Évora que foram a Jerusalém²³.

A mesma ideia depreende-se da identificação da confraria do Espírito Santo. Para além de se provar que em Lisboa se seguiu a tendência da fundação precoce de confrarias do Espírito Santo agregados a hospitais do mesmo nome, como aconteceu em Benavente²⁴, esta instituição lembra a preeminência que os mercadores assumiram na cidade, nomeadamente na oligarquia camarária da cidade, a partir dos meados do século XIII, quando o perigo muçulmano se encontrava definitivamente afastado e a cidade enveredou por um processo de abertura económica ao exterior e de expansão simultaneamente espacial e institucional²⁵.

Este último aspeto justifica o desenvolvimento da rede confraternal da cidade em finais do século XIII e início do seguinte (**Tab. 2**). Contudo, é preciso ter presente

²¹ COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “As confrarias medievais portuguesas...”, p. 156.

²² TT, *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 10, nº 189. Ainda que houvesse na altura um hospital no mosteiro regente de S. Vicente, não é abusivo pensar que esta referência respeita o seu homólogo vicentino junto à Sé.

²³ TAVARES, Maria José Ferro – “Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos”. *Estudos Medievais*. Nº 8, (1987), pp. 55-72.

²⁴ AZEVEDO, Rui Pinto de – “O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 1ª série, Tomo 6, (1962-1963), p. 9.

²⁵ Veja-se sobre esse desenvolvimento PRADALIÉ, Gerard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Edições Palas, 1975 e, doravante, FIALHO, Manuel – *Mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento em História Medieval.

que as provas do mesmo relevam mais de tradições inverificáveis carreadas pela historiografia moderna, do que do clausulado de diplomas chegados aos nossos dias. Concretamente, tais “tradições” apontam para a importância, na altura, da fundação de confrarias de base “étnica”, o que pode constituir um testemunho do aumento do número de estrangeiros na cidade. Dois exemplos. O primeiro respeita a confraria dos Palmeiros, estabelecida por peregrinos ingleses em 1292 junto à igreja de Santa Maria Madalena. Atestada por uma inscrição moderna, que pode ter tido uma matriz medieval, encontra-se “confirmada” documentalmente sete anos mais tarde, através da referência à albergaria dos Palmeiros²⁶. O segundo reporta-se à fundação da confraria de São Bartolomeu dos Alemães na igreja de São Julião. Segundo uma tradição que não é possível documentar, um mercador alemão dispunha de um terreno à beira Tejo, no qual o rei D. Dinis quis fazer (ou alargar ou relocar) a igreja de S. Julião. Alienando para o efeito o referido espaço, o mercador viu-se compensado pelo estabelecimento de uma capela lateral na referida igreja, concluída em 1291, sobre a qual passava a usufruir de um sétimo dos respetivos rendimentos²⁷.

A falta de documentação não permite verificar a justeza deste percurso fundacional. Fica por saber qual a ligação desta confraria com a instituição assistencial criada, não muito tempo depois, em favor dos Alemães estantes em Lisboa, a saber a albergaria ou hospital de Nossa Senhora e de São Miguel, iniciativa de Manuel Pessanha, já no tempo de D. Afonso IV, com o objetivo de acolher os germânicos que este havia trazido a Lisboa juntamente com Henrique Alemão. Dada a conhecer recentemente por João Luís Fontes, esta informação, para além de documentar uma faceta desconhecida do almirante genovês em Portugal²⁸, ilustra a necessidade de enquadrar os estrangeiros que então afluíam à cidade, mormente por razões mercantis.

Com a difusão do ideal de pobreza e do alargamento da vocação caritativa propiciado pela expansão das ordens mendicantes, o número de confrarias

²⁶ BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II/1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, doc. 740, p. 1078-1080,

²⁷ CASTRO, João Baptista – *Mappa de Portugal...*, vol. 3, p. 302; MENDES, Rui Mendes Mesquita – “Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais”. *Ammentu. Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe*. Cagliari. Nº 7, (luglio-dicembre 2015), pp. 60-61; PINTO, Carla Alferes – “S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque e os bombardeiros alemães. Um episódio artístico em Cochim”. In SIMÕES, Madalena e CURVELO, Alexandra – *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert)*. Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII). Münster: Aschendorff, 2011, p. 270 entre outros.

²⁸ TT, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, m. 4, nº 18; FONTES, João Luís Inglês – *Da «Pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de Doutoramento em História – Especialização em História Medieval, policopiada, p. 243 e MENDES, Rui Mendes Mesquita – “Comunidade flamenga...”, p. 62.

aumentou durante o século XIV, alargando-se agora o leque da oferta assistencial por elas proporcionada a todos aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade, dos tradicionais doentes e peregrinos, aos presos e mendigos. Concetualizada na historiografia enquanto “religião voluntária”, esta religiosidade processava-se cada vez mais de forma pessoal, já não somente nas igrejas paroquiais, mas também em ermidas ou capelas individuais, as quais puderam funcionar como sedes de confrarias. Concomitantemente, a instabilidade causada na centúria de Trezentos com a famosa tríade *guerra-fome-pestes* transformou a instituição, consolidando a sua matriz religiosa e a sua implantação urbana. Como sublinha Maria Helena da Cruz Coelho, pretendeu-se então sobretudo colmatar os desenraizamentos daqueles que, com pouco ou com muito, fugiam do campo em direção à cidade²⁹.

Como seria de esperar, assiste-se, ao longo deste século, ao aumento do número de confrarias recenseadas. Surgem então mais exemplos de confrarias ligadas a hospitais, como a do Corpo de Deus. De igual modo, prosseguem e aumentam em número as referências às confrarias ligadas a albergarias, como nos casos de Santa Maria de Rocamador (1325), de Santa Ana (1335), de Santa Justa (1351) ou do Vesugo, sedeada no mosteiro de S. Vicente de Fora pelo menos desde os finais da centúria.

Durante esse período verifica-se igualmente a uma maior visibilidade das instituições ligadas aos conventos e mosteiros estabelecidos na cidade. Em paralelo com os já referidos conventos medicantes, surgem agora as confrarias ligadas ao convento da Trindade, tendo uma delas a responsabilidade de gerir o hospital que a Ordem tinha em Lisboa, certamente no âmbito do trabalho desenvolvido pela mesma em torno da redenção dos cativos³⁰. Esta disseminação não deixa de influenciar os oragos confraternais que também eles se diversificam. Algumas, como a confraria de Santa Catarina ou a dos Inocentes, de cariz mais devocional, identificam-se dificilmente com um local específico. Esta questão é passível de resolução quando os oragos marianos ostentados pelas confrarias remetem para a designação das ermidas-sede, à semelhança de Santa Maria da Escada, do Paraíso ou da Oliveira. Fica por aferir se a cronologia registada para esse aparecimento, *grosso modo* a segunda metade do século XIV, corresponde a uma situação real ou é mera consequência do carácter mais tardio da documentação que lhes fazem alusão.

²⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “As confrarias medievais portuguesas...”, pp. 156-157.

³⁰ SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica...*, vol. 1, pp. 234-236.

O caso da confraria de Santa Maria de Alcamim, igualmente identificada no século XIV³¹, ilustra a perenidade da vinculação das instituições confraternais às paróquias, embora seja provavelmente neste particular que se faz mais sentir o carácter lacunar do presente levantamento.

Entrado o século XV, a rede confraternal lisboeta redefiniu-se no sentido de consolidar as respetivas práticas religiosas, através do estabelecimento de novas devoções e da procura de um maior rigor no seu respetivo funcionamento (controlo da Coroa, revisão dos compromissos, inventariação da propriedade, entre outros) (**Tab. 3**). Apesar das inovações, permaneceram operativas as confrarias e irmandades radicadas em ermidas, por exemplo.

Mas, mais importante, algo há agora a dizer sobre as confrarias que tutelavam na época hospitais de ofícios. Com efeito, os dados recolhidos obrigam a colocar de novo a questão: as confrarias assumiram a gestão de hospitais e albergarias pertencente aos ofícios de mesteres ordenados na cidade durante o período medieval? Marcelo Caetano chamou a si a resposta, preconizando que não existia uma tal relação. Para ele, “nunca (...) se diz de um destes últimos hospitais [aqueles pertencentes aos ofícios] pertencerem às *confrarias dos ofícios*: não. São sempre designados pela profissão que os mantém, e foi esta que, em certos casos, tomou o nome do hospital”³². Ou seja, tais hospitais e albergarias teriam sido sempre geridos pelas corporações de mesteiros, ainda que algumas confrarias que lhe foram associadas pudessem ter sido criadas posteriormente. Imbuída do espírito corporativista do Estado Novo que subalternizava a importância das confrarias enquanto instituições representativas de uma assistência mútua, pelo seu carácter devocional³³, esta resposta peca por demasiado simplista e pouco aberta a matizações.

Na verdade, este posicionamento, que fez escola, não é passível de ser aceite por inteiro, uma vez que subsistem indícios, a partir da primeira metade de Trezentos e de forma mais substancial a partir da centúria seguinte, que apontam para a tutela de confrarias de ofícios sobre os respetivos hospitais. O primeiro exemplo recensado corresponde a um pleito em 1338 entre a igreja de São Julião e os confrades da albergaria de Santa Ana, esta última certamente relacionada com o hospital de Santa Ana dos Tanoeiros, identificado posteriormente nas Fangas das Farinha, nessa mesma freguesia³⁴. De igual modo, um pleito em 1431 referente à

³¹ Note-se a alteração do orago da freguesia Sta. Maria de Alcamim para S. Cristóvão, ocorrida durante esse mesmo século.

³² CAETANO, Marcello – “Prefácio”. In LANGHANS, Franz-Paul – *A antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1942. p. XXXIV.

³³ PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas...”, p. 18

³⁴ Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 1, nº 20; TT, *Leitura Nova. Livro 7º*

confraria dos polinheiros e ganhadinheiros de Lisboa pode constituir um exemplo significativo dessa realidade no período seguinte³⁵. Nesse ano, corria perante a audiência arquiépiscopal um processo em que os autores eram os confrades e a referida confraria e os réus a igreja de São Julião, através do seu vigário perpétuo e dos seus raçoeiros e de Afonso Domingues, polinheiro, morador em Lisboa. O que estava em causa era a propriedade de uma casa, situada na rua “onde esfolam os carneiros”, a qual costumava ser hospital e albergaria e que, à data, se encontrava na posse do referido Afonso Domingues. A confraria pretendia que este último lhe libertasse a referida posse, para que a confraria tivesse aí o seu hospital e albergaria, os quais mantinha sob o nome de hospital dos polinheiros. Ao invés, os membros da igreja de S. Julião pugnavam a posse da referida casa, que lhes havia sido doada por um Domingos Vasques, magarefe. As partes chegaram a acordo, ficando doravante a confraria responsável por manter essas casas sempre em albergaria e hospital, contra o encargo anual de mandar celebrar duas missas, oficiadas pelos beneficiados de S. Julião (uma por dia de Santa Maria de Agosto [dia 15] e outra por dia de Santa Maria de Março [dia 25]), pelas almas dos respetivos confrades e daqueles que edificaram a confraria na referida igreja. Por fim, cabia a esta última, no dia de Ramos, a palma “da palmeira” que se encontrava na albergaria³⁶.

Refira-se que subsistem outros casos em que não é possível aferir se a confraria “profissional” possui o respetivo hospital. Os testamentos da mulher de um tabelião de Lisboa e de um porteiro do rei referem respetivamente a existência de uma confraria dos tabeliães da cidade (1396), obrigada a fazerem-lhe “onrra com as candeas” e a dizer pela benfeitora “hũa missa oficiada com seu responço”³⁷, assim como a confraria dos escrivães e oficiais da Corte (1398), à qual o referido porteiro havia subtraído dinheiro³⁸. Tais instituições, desconhecidas até agora, provam a existência de tais solidariedades no grupo dos profissionais da escrita e dos oficiais ligados ao rei, precursoras muito provavelmente de outras irmandades ligadas ao oficialato régio, como a famosa confraria da Corte, identificada a partir da primeira metade do século XVI³⁹.

da Estremadura, fl. 96v-97v; *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 213v-214v (em traslado de 1498.5.5); *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 196-197v (em traslado de 1499.4.11).

³⁵ Os polinheiros eram os homens que trabalhavam com um aparelho (polim) para transportar objetos pesados no embarque e desembarque dos navios, ao passo que “ganhadinheiro” era o termo dado aos mesteiros que serviram como mão-de-obra indiferenciada.

³⁶ Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 7, nº 167.

³⁷ TT, *Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos. Convento da Trindade de Lisboa*, m. 1, nº 8.

³⁸ TT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 7, nº 339.

³⁹ ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 153.

Mau grado a ideia de Marcelo Caetano, quase tornado axioma, é certo que a partir de meados do século XV houve o incremento dessa relação “confraria de mester-hospital de mester”, como ilustram os casos devidamente abonados do ponto de vista documental da confraria dos ourives (1457), da confraria dos carpinteiros do mar/da Ribeira e da confraria dos hortelãos (1499)⁴⁰. Deve-se ter em atenção que, já na altura, era possível a criação de confrarias para gerir os hospitais de ofícios já existentes e que não haviam sido ainda objeto de uma tutela confraternal. De facto, não será demasiado temerário pensar que essa tenha sido justamente umas das justificações subjacentes ao pedido, feito ao rei D. Afonso V em 1465, para que os corretores da cidade vissem confirmada a irmandade que haviam entretanto planeado e a arca comum que tinham estabelecido para repartir os seus ganhos e assim prover às necessidades do grupo⁴¹.

O século XVI perpetuou a relação entre a confraria profissional e a posse do respetivo hospital, como se atesta pelo caso do hospital dos carpinteiros e pedreiros edificado junto à Caldeiraria na freguesia de S. Cristóvão (1498) ou de S. Nicolau (a partir de 1501)⁴². Integrado no hospital de Todos-os-Santos, nada consta sobre uma qualquer associação em confraria no regimento do seu ofício elaborado em 1501. Segundo a tradição, esta fora criada trinta anos mais tarde, embora a prova documental da sua existência date somente de 1551⁴³.

Perante todos estes exemplos, desconhecemos se foi esse o caminho seguido por outros hospitais de ofícios da cidade: o de Santa Maria dos sapateiros de correia e odreiros, edificado abaixo das Pedras Negras (1493?) – possivelmente na origem da confraria quinhentista dos Santos Crispim e Crispiano –, o de Santa Maria dos Peleteiros ou mesmo o algo enigmático hospital de S. Vicente que acolhia os profissionais do calçado e curtumes (borzeguieiros, sapateiros, chapineiros, soqueiros, curtidores), como consta do respetivo compromisso redigido em 1489, sobre o qual mais nada foi possível apurar⁴⁴.

⁴⁰ TT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 91-93v (em traslado de 1502.1.22) e fl. 199-201v (em traslado de 1503.1.20) e 234v-237 (em traslado de 1503.5.5); BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII a XV*, ed. anotada por Torquato de Sousa SOARES. Vol. X. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954. p. 382; LEME, Margarida – “O património dos hospitais...”, pp. 398, 406.

⁴¹ TT, *Leitura Nova. Livro 5º da Estremadura*, fl. 121v.

⁴² TT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 162v-164v (em traslado de 1500.2.15); *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 83-84.

⁴³ Regimento dos Carpinteiros e Pedreiros (1501-08.24 – 1710-01-13). Edição de Sara Loureiro. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 136/2014. 2ª Série, 1 (janeiro-junho 2014), p. 289, 295.

⁴⁴ TT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 128-129v (em traslado de 1498.7.20), fl. 148-149v (em traslado de 1498.3.2), fl. 210v-212 (em traslado de 1498.5.28) e fl. 264v-266 (em traslado de 1500.2.3); *Leitura Nova. Livro 6º da Estremadura*, fl. 127v-129 (em traslado de 1496.6.13); *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 233-234v (em traslado de 1499.6.12); *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 148v-150v (em traslado de 1503.1.10) e fl. 177v-180v (em traslado de 1503.1.13); *Livro das Posturas Antigas*, ed. de Maria Teresa Campos RODRIGUES. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 324 ss.

Certo é que o modelo de confraria como entidade tutelar de instituições de assistência extravasou o grupo dos mesterais. Em 1432, já a confraria dos judeus geria ela própria o seu próprio hospital, bastante mais tarde que o exemplo conhecido dos mercadores da confraria do Espírito Santo da Pedreira, os quais mantinham um hospital com o mesmo orago desde, pelo menos, o início de Quatrocentos⁴⁵.

Há ainda a assinalar que a abertura da cidade aos estrangeiros, amplificada à medida que o reino se embrenhava nas *Descobertas* ao longo do século XV, resultou na criação de novas confrarias, várias das quais em torno das igrejas da sua “nação”. Deteta-se esse esforço enquadrador nos exemplos mais conhecidos dos borgonheses e alemães, com a agregação dos primeiros, desde 1414, em torno da confraria da capela de Vera Cruz/Santa Cruz e de Santo André e dos segundos na capela da Cruz, ambas no mosteiro dominicano na cidade⁴⁶. Outros grupos de estrangeiros foram igualmente beneficiados, à medida que se consolidava a sua permanência na cidade. Dispomos de um bom exemplo com a confraria de São Luís, fundada pelos caldeireiros franceses e bretões. Estabelecida segundo se diz no tempo de D. Duarte, coube ao seu filho D. Afonso V a concessão dos seus primeiros privilégios, em 1458⁴⁷. Convém salientar que a “integração” das comunidades estrangeiras na cidade não se limitou ao grupo mercantil e mesteiral. Com efeito, a confraria tornou-se uma das vias da promoção da convivência das novas comunidades implantadas na cidade e oriundas do espaço ultramarino, como no caso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Lisboa⁴⁸.

As confrarias-corporações que temos vindo a seguir na sua evolução constituem somente uma das tipologias da rede confraternal estabelecida em Lisboa. De facto, os institutos eclesiásticos da cidade – com especial relevo para as igrejas paroquiais disseminadas pela urbe – constituíam-se desde há muito como polos ordenadores do movimento confraternal. É certo que estas continuariam a subsistir, atendendo ao caso da confraria de Santa Cruz na igreja de S. Mamede,

⁴⁵ Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 5, nº 121; TT, *Leitura Nova. Livro 11º da Estremadura*, fl. 31-31v.

⁴⁶ Este conjunto de detalhes sobre a fundação de tais confrarias, mais do que um mero fruto do tempo ou da mobilização de documentação anteriormente inexistente, resulta do labor dos cronistas da Ordem que se preocuparam com o historiar das confrarias aí criadas. TT, *Ordem dos Pregadores. Convento de São Domingos de Lisboa*, liv. 37, fl. 113-114 em MENDES, Rui Mendes Mesquita – “Comunidade flamenga...”, pp. 61 e 69.

⁴⁷ D'ALCOCHETE, Nuno Daupias – “O compromisso da Confraria do Bem aventurado São Luís Rei de França”. *Boletim internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa. Vol. 3, (1962), pp. 327-348.

⁴⁸ PEREIRA, Isaías da Rosa – “Dois compromissos de irmandades de Homens Pretos”. *Arqueologia e História*. Lisboa. 9ª Série. Nº 4 (1972), pp. 9-47.

identificada no testamento do oficial régio Pedro Lobato em 1438, referência tanto mais importante quando era da própria confraria que deveria emanar o administrador da capela que este aí fundara⁴⁹.

Contudo, perante a falta de informes, é permitido duvidar que tais institutos tenham conseguido chamar a si um número importante de fundações ao longo da segunda metade de Quatrocentos. Com efeito, a nova confraternidade surgida nessa época, alicerçada no incremento das obras de misericórdia, parece ter privilegiado sobretudo espaços de inserção fora das igrejas paroquiais, ainda que ligados à rede confraternal. Nessa situação encontrava-se a confraria da redenção dos Cativos, autorizada pelo papa em 1463, mas efetivada pela Coroa somente 16 anos mais tarde, instalada na ermida de Santa Maria da Oliveira⁵⁰. Sinal dessa nova realidade foi também o facto da cidade se abrir precocemente, no decurso desse século, a novos ciclos devocionais vindos do exterior, que se plasmaram em novas instituições confraternais. Por exemplo, partir de 1432, a confraria do Nome de Jesus, sedeada no convento dominicano da cidade, tornou-se o centro de expansão desta devoção, trazida da península itálica por um importante clérigo português bom conhecedor dos meandros curiais⁵¹. Essa tendência tornou-se particularmente bem visível a partir de finais da centúria, no momento em que são fundadas confrarias ligadas a ciclos marianos ou cristológicos em instituições regulares (confraria de Nossa Senhora do Rosário no convento de S. Domingos em 1484 e a Confraria das Chagas de Cristo pelos navegantes e mercadores vindos da Índia no convento da Trindade em 1493?)⁵². Tais oragos tornaram-se igualmente patentes nas confrarias das Ordens Terceiras que viram reforçado o seu papel confraternal. Por exemplo, a confraria de Cristo foi encarregue, em 1511, da construção de uma casa de oratório, com a invocação de Nossa Senhora da Anunciação, uma vez que a mesma se encontrava desprovida de um tal equipamento⁵³.

Este contexto de crescente procura da ação misericordiosa junto do *outro* alcançou o seu ponto mais alto com a confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, fundada numa das capelas claustrais da Sé de Lisboa em Agosto de 1498. Chamada, não sem razão, de “confraria das confrarias”, com ela se iniciou um novo período da história do movimento confraternal do reino. De inspiração italiana, estas

⁴⁹ ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 313.

⁵⁰ TT, *Leitura Nova. Livro 7º da Estremadura*, fl. 96v-97v; ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 141.

⁵¹ GOMES, Saul António – “Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: o protagonismo dominicano de Sta. Maria da Vitória”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª série, Tomo 7, (1995), pp. 93-94; DÍAZ TENA, María Eugenia – “Milagros do Bom Jesus” de las *Laudes e Cantigas de André Dias*. *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*. Porto. Vol. 22, (2015), pp. 71-95

⁵² GOMES, Saul António – “Notas e documentos...”, pp. 94, 100.

⁵³ TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 84-84v.

novas confrarias distinguiam-se pela sua abertura ao exterior e o interesse pela realização do conjunto das 14 obras de misericórdia, não somente as sete relativas ao corpo (alimentar os famintos; dar de beber a quem tiver sede; hospedar os viajantes; vestir os nus, visitar os doentes e os presos e enterrar os mortos), mas também as sete obras espirituais, enunciadas por São Tomás de Aquino na sua *Suma Teológica* (ensinar os ignorantes, aconselhar os que duvidam, consolar os aflitos, corrigir os pecadores, perdoar os ofensores, suportar o que incomodam, orar por todos)⁵⁴. Com uma assumida e vincada proteção régia, as confrarias da Misericórdias tornaram-se as confrarias por excelência da atividade assistencial, assumindo em pleno a respetiva vocação caritativa, agora voltadas para fora, para o mundo, e não tanto para a proteção quase exclusiva dos respetivos confrades, como as confrarias medievais haviam preconizado até então. Estas, umas vezes combatidas, outras vezes assimiladas, acabaram por desistir da sua vocação caritativa, privilegiando doravante o seu papel devocional junto das instituições paroquiais e respetivos espaços sufragâneos. Como seria de esperar, este facto trouxe importantes alterações no figurino da rede confraternal da cidade.

Como em outros espaços do reino, as tradicionais irmandades do Espírito Santo desapareceram ou foram objeto de reorientação, como sublinhou Pedro Penteado⁵⁵. À medida que se avançou na centúria de Quinhentos, mais se fez sentir a influência tridentina sobre a denominação das confrarias sedeadas ou associadas às igrejas da cidade (**Tab. 4**). Doravante tornou-se praticamente regra a criação em espaço paroquial de irmandades dedicada à Nossa Senhora do Rosário, às Almas do Purgatório (sublinhando o renovado papel religioso-espiritual destas “novas” confrarias) e ao Santíssimo Sacramento, sendo este último, na opinião de João Francisco Marques, uma tentativa de resposta à negação protestante da presença de Cristo na Eucaristia⁵⁶.

Juntamente com as novas designações de base mariana ou cristológica, tais confrarias deram o mote para a rede confraternal lisiponense que Cristóvão Rodrigues de Oliveira elencou em meados do século XVI. Fazendo o inventário

⁵⁴ Os estudos sobre as Misericórdias enumeram quase sempre estas obras. Veja-se, por exemplo, SÁ, Isabel dos Guimarães – “Momentos de viragem: a fundação da Misericórdia de Lisboa e o seu primeiro *Compromisso* impresso de 1516”. In LEITÃO, Henrique – *Um Compromisso para o futuro: 500 anos da 1ª edição impressa do Compromisso da Confraria da Misericórdia*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2017, p. 137.

⁵⁵ PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas...”, p. 37.

⁵⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – “Confrarias e misericórdias”. In OLIVEIRA, César – *História dos municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 55; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. Vol. 20 (2014), p. 5.

dos oragos mencionados pelo autor, é possível ver que a rede confraternal sedeadada nas 25 igrejas paroquiais da cidade era bastante tipificada⁵⁷.

Verifica-se a existência, em praticamente todas as freguesias, de uma confraria dedicada ao Santíssimo Sacramento (23) e de uma outra com o orago da igreja onde estava sedeadada (18), certamente das mais antigas de cada instituto. Igualmente frequentes eram, bem entendido, as confrarias em honra de Santa Maria (14) e de São Sebastião (14), ligando-se a popularidade deste último aos recorrentes surtos pestíferos que afetaram a cidade ao longo da primeira década do século XVI, e que havia justificado, em inícios da centúria, a criação da Irmandade de São Roque, designação também ela relativamente frequente para as confrarias de Lisboa na altura⁵⁸. A comparação grosseira com as igrejas não-paroquiais e ermidas, assim como com os mosteiros e conventos da cidade, permite evidenciar algumas diferenças, sendo as mais evidentes a diminuição, nestes últimos, das confrarias do Santíssimo Sacramento e a profusão das irmandades dedicadas a Nossa Senhora.

Em conclusão, importa sublinhar que a constituição e o devir histórico da rede confraternal da cidade seguiu *grosso modo* a evolução observada para outros núcleos urbanos do Portugal medievo. A diferença mais substancial situava-se porventura numa maior variedade e num maior número: existiam em Lisboa mais confrarias de mesteres, mais confrarias eclesiásticas, mais confrarias devocionais e mais confrarias de comunidades estrangeiras. Esta matriz “medieval” foi profundamente alterada no início do século XVI com a criação da Misericórdia e, certamente, com o papel que passou a desempenhar nesta questão o Hospital de Todos-os-Santos. Não será demasiado temeroso perspetivar que a rede confraternal da cidade contribuiu para a “institucionalização de uma nova laicidade religiosa no Portugal Católico”, como sintetizou Saul Gomes⁵⁹. Aferir as formas, os processos e as cronologias dessa contribuição permanecem vias de investigação ainda por desenvolver.

⁵⁷ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551*. Perante estes dados, urge estudar a cronologia de criação destas confrarias, desde os inícios do século XVI até 1551, podendo ser este último um ponto de chegada em virtude da visão geral permitida pelos dados carreados por Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

⁵⁸ Ver o Anexo ao presente texto.

⁵⁹ GOMES, Saul António – *Notas e documentos...*, p. 91.

Tabela 1 – Referências a confrarias de Lisboa no século XIII.⁶⁰

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. dos clérigos/C. maior dos clérigos/C. dos clérigos ricos	[ant. 1211] 1280	Testamento Doação		Capela do Salvador na Sé (meados séc. XV)
C. de Sta. Maria Madalena	[1269-1280]	Testamento		Igr. de Sta. Maria Madalena?
C. de S. Francisco	[1269-1280]	Testamento		Conv. S. Francisco?
C. de S. Vicente	[1269-1280]	Testamento	Tutela o H. de S. Vicente dos Romeiros?	
C. do Espírito Santo	[1269-1280] 1279	Testamento Tradição	Tutela o H. do Espírito Santo da Pedreira	Ermida do Espírito Santo da Pedreira
C. de S. Gens	1271 1314	Cronística eclesiástica Testamento		Ermida de Nossa Senhora do Monte
C. do hospital dos Palmeiros	1292	Epigrafia	Ermida de Nossa Senhora de Belém (post.?)	H. dos Palmeiros (Sta. Maria de Belém)
C. de S. Domingos	1293	Testamento		Conv. S. Domingos?

Tabela 2 – Referências a confrarias de Lisboa no século XIV.⁶¹

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. do hospital de S. Vicente dos Romeus	1316	Testamento	Tutela o H. de S. Vicente (1451)	H. de S. Vicente acerca da Sé
C. de Sta. Catarina	1314	Testamento		Conv. da Trindade?
C. de Sto. António	1316	Testamento		Conv. de S. Francisco
C. da Ordem da Santíssima Trindade e do hospital de Lisboa da dita Ordem	c. 1317 1318	Compromisso Testamento	Tutela o H. da Ordem em Lisboa	Conv. da Trindade
C. de S. Vicente dos Pobres	1318	Testamento		
C. dos Inocentes	1318	Testamento		
C. de Sta. Maria de Rocamador	1325	Testamento	Alb. de Sta. Maria de Rocamador	Igr. de S. Julião

[continua na página seguinte]

⁶⁰ Abreviaturas: Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima [AASS]; Torre do Tombo [TT]. **Fontes:** TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho. Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 4, nº 43 e 45; *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 10, nº 189; Joaquim José Leal et. al., *Descrição histórica da Ermida de Nossa Senhora do Monte e S. Gens*. Lisboa: Imprensa Commercial, 1806, p. 8; TT, *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, liv. 10, fl. 322.

⁶¹ **Fontes:** TT, *Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa*, m. 10, nº 188; *Arquivos Particulares. Família Vasconcelos e Sousa*, cx. 1, nº 30 (em traslado de 1333.6.30); SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica...*, vol. 1, p. 177; TT, *Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, m. 2, nº 53; *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 1188, fl. 20-24 (em traslado de 1363.8.31 de um outro de 1752.8.28); AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 1, nº 9; TT, *Colegiada Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 2, nº 62 (em traslado de 1370.7.26); AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 1, nº 20; TT, *Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, m. 10, nº 7; *Colegiada de S. Lourenço de Lisboa*, m. 3, nº 53; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 2, nº 46; TT, *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, liv. 14, fl. 238, liv. 51, fl. 135-136v, 136v-138; CUNHA, Rodrigo da – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, fl. 260; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 4, nº 93; TT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 116, fl. 11v-14v; *Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, m. 1, nº 1; *Convento da Trindade de Lisboa*, m. 1, nº 8; *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 7, nº 339.

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. do hospital do Corpo de Deus	[1325]	Referência posterior	Tutela o H. do Corpo de Deus	H. do Corpo de Deus
C. dos madeireiros	1327	Testamento		
C. de Sto. André	1332	Testamento		Igr. de Sto André?
C. da albergaria de Sta. Ana	1335	Sentença	Alb. de Sta. Ana	Freg. de S. Julião
C. da albergaria de Sta. Justa	1351	Testamento	Alb. de Sta. Justa	
C. de Sto. Agostinho	1362	Testamento		
C. do Corpo Santo de Fr. Pedro Gonçalves	1362	Testamento	Tutela o H. de Fr. Pedro Gonçalves	H. de Fr. Pedro Gonçalves
C. de S. Pedro Mártir	1362	Testamento		
C. de Sta. Maria da Consolação	1362	Testamento		
C. dos Clérigos pobres	1362	Testamento		
C. de Sta. Cruz	1362	Testamento		Igr. de Sta. Cruz do Castelo?
C. de Sta. Maria da Escada	1364	Doação		Ermida de Sta. Maria de Escada
C. de Sta. Maria do Paraíso	1366	Instituição		Most. de Santos-o-Novo
C. de Sta. Maria da Oliveira	1390	Testamento		Ermida de Sta. Maria de Oliveira
C. de Sta. Maria de Alcamim	1392?	Testamento		Igr. Sta. Marinha de Alcamim
C. da albergaria do Vesugo	1394	Arrendamento	Alb. do Vesugo	Freg. S. Vicente de Fora
C. dos tabeliães	1396	Testamento		
C. dos escrivães e oficiais da Corte	1398	Testamento		

Tabela 3 – Referências a confrarias de Lisboa no século XV⁶²

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. da capela de Nossa Senhora da Graça	1401	Bula		Conv. da Graça
C. do Salvador de S. Francisco	1409	Testamento		Conv. de S. Francisco?
C. de Sta. Maria dos Anjos	1409	Testamento		Conv. de S. Francisco?
C. de Sta. Maria da Graça	1412	Testamento	Tutela do H. de Jerusalém em 1501	H. de Jerusalém em 1501, freg. Sta. Maria Madalena
C. da capela de Sta. Cruz e St. André dos Flamengos	1414	Referência posterior		Conv. S. Domingos

[continua na página seguinte]

⁶² Fontes: TT, *Coleção Especial*, cx. 6, nº 16; *Arquivo do Hospital S. José*, liv. 1188, fl. 4v-5 (em traslado de 1752.8.28); *Ordem dos Cônegos Regulares de Sto. Agostinho. Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 24, nº 11 (em traslado de 1413.5.5); *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 1188, fl. 174v-177v; *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 72v; *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, m. 1, nº 7; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 7, nº 167; BNP, *Códices Iluminados*, nº 61; TT, *Arquivo da Casa dos Condes de Povolide*, pacote 6, m. 25, nº 6bis; *Registo do Arquivo*, liv. 14, fl. 117v-122v; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 14, nº 287; TT, *Leitura Nova. Livro 5º da Estremadura*, fl. 262v; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 119v-120v, liv. 31, fl. 48; *Leitura Nova. Livro 7º da Estremadura*, fl. 96v-97v; BNP, *Códices Iluminados*, nº 151, fl. 2v; TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 58v; SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica...*, vol. 1, p. 178, 341-342; TT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 62v-63; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3: *A fundação das misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, Dir. de José Pedro PAIVA. Lisboa: CEHR-UMP, 2004, doc. 45. p. 220; TT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 91-93v, 52v-54v; *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 289v-291; TT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 95, fl. 258-259.

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. dos Polinheiros e ganhadinheiros	1431	Sentença	Tutela o H. e alb. dos Polinheiros	Igr. de S. Julião
C. do Bom Jesus	1432	Instituição		Conv. de S. Domingos
C.-mor do Hospital dos Judeus	1432	Aforamento	Tutela o H. dos Judeus	
C. de Sta. Maria	1438	Testamento		Igr. de S. Mamede
C. de Sto. Elói	1457	Carta régia	Tutela o H. dos ourives	Capela de Sto. Elói na Igr. de S. Julião (1564)
C. de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Lisboa	1460	Compromisso (1565)		Conv. S. Domingos
C. de Sto. António	1469	Carta régia		Igr. de Sto. António
C. dos Pobres	1472	Carta régia		
C. da Redenção dos Cativos	1479	Carta régia		Igr. de Sta. Maria da Oliveira
C. das Chagas de Cristo	1493			Conv. da Trindade
C. do hospital de S. Bartolomeu [dos Alemães]	1498	Crónica	H. de S. Bartolomeu	Igr. de S. Julião
C. de Sta. Maria da Misericórdia	1498	Carta régia		Sé de Lisboa; igr. própria
C. do hospital de S. Vicente dos Corvos	1499	Arrematação	H. de S. Vicente dos corvos	Bairro dos escolares, freg do Salvador
C. do hospital de Sta. Maria dos hortelãos	1499	Aforamento	H. dos hortelãos	Porta de S. Vicente, à fonte de Alfama, freg. de S. Pedro (1496)
C. de Nossa Senhora das Candeias	s.d.	Testamento	<i>H. dos alfaiates</i>	Igr. de Sta. Maria Madalena (séc. XV)

Tabela 4 – Referências a confrarias de Lisboa no século XVI.⁶³

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. de Vera Cruz	1510	Instituição		Ig. de Sta. Cruz
C. Cristo	1511	Doação	Ord. Terceira de S. Francisco	Antiga mesquita
C dos S. Simão e S. Judas	1513	Testamento		Igr. de Sta. Justa
C. de Nossa Senhora da Conceição	1514	Testamento		Conv. de S. Francisco
I. de Nossa Senhora da Vitória dos Caldeireiros	1530	Compromisso (ref. em)	Tutela o H. de Nossa Senhora das Virtudes ou da Vitória	
C. do Espírito Santo da Alcáçova	1532	Recibo		
C. de S. José	1532	Carta régia	Carpinteiros e pedreiros	Igr. de Sta. Justa
C. da Corte	1533	Bula		
C. do Santíssimo Sacramento	1547	Testamento		Igr. de S. Julião

⁶³ **Fontes:** MARTINS, Fernando – *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, Dissertação de Mestrado em História Medieval, policopiada, p. 336; TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 84-84v; *Ordem dos Frandes Menores. Convento de S. Francisco de Lisboa*, liv. 1, fl. 349; *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 3, fl. 16v, liv. 41, fl. 33-50v; *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos bens próprios dos reis e rainhas. Documentos para a história da cidade de Lisboa*, Lisboa, CML, 1954, p. 41; RODRIGUES, Arminda Mendes – *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Irmandade e Hospício (1530-1862)*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, policopiada, vol. 2, p. 259; OLIVEIRA, Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Vol. 5. Lisboa: Typographia Universal, 1891, p. 576; TT, *Corpo Cronológico*, Parte II, m. 175, n.º 24; *Gavetas da Torre do Tombo*, gav. 2, m. 11, n.º 15; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 13, n.º 277. Por falta de espaço, não foram aqui coligidas as confrarias referidas por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, para cuja obra se remete o leitor: OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551*.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo da Arquiconfraria do Sant. Sacramento das Freg. de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima

Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa, cx. 1, nº 9, 20; cx. 2, nº 46; cx. 4, nº 93; cx. 5, nº 121; cx. 7, nº 167; cx. 13, nº 277; cx. 14, nº 287.

Biblioteca Nacional de Portugal

Códices Iluminados, nº 61; 151, fl. 2v.

Fundo Geral, COD. 9463, fl. 7v-8; 61v-67.

Torre do Tombo

Arquivo do Hospital de S. José: Liv. 3, fl. 16v; liv. 41, fl. 33-50v; liv. 95, fl. 258-259; liv. 116, fl. 11v-14v; liv. 1188, fl. 4v-5; 20-24, 174v-177v.

Arquivo da Casa dos Condes de Povolide, pacote 6, m. 25, nº 6bis.

Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 1, nº 30.

Corpo Cronológico: Parte II, m. 175, nº 24.

Chancelaria régias:

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 29, fl. 119v-120v, liv. 31, fl. 48.

Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6, f. 89v; liv. 8, fl. 84-84v; liv. 22, fl. 83-84; liv. 28, fl. 58; liv. 46, fl. 72v.

Coleção Especial: Cx. 6, nº 16.

Gavetas da Torre do Tombo: Gav. 2, m. 11, nº 15.

Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa, m. 2, nº 62; m. 7, nº 339.

Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa, m. 7, nº 137; m. 10, nº 187.

Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa, m. 1, nº 1; m. 2, nº 53, m. 3, nº 105; m. 6, nº 225.

Colegiada de S. Lourenço de Lisboa, m. 3, nº 53.

Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho: Mosteiro de Chelas, m. 10, nº 189; *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 4, nº 43 e 45; m. 24, nº 11.

Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho: Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, m. 10, nº 7.

Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos. Convento da Trindade de Lisboa, m. 1, nº 8.

Ordem dos Eremitas de São Paulo: Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa, m. 4, nº 18.

Ordem dos Frades Menores; Convento de S. Francisco de Lisboa, liv. 1, fl. 349.

Ordem dos Pregadores; Convento de São Domingos de Lisboa, liv. 10, fl. 322; liv. 14, fl. 238; liv. 37, fl. 113-114; liv. 51, 135-136v, 136v-138; m. 1, nº 7.

Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos; Convento da Trindade de Lisboa, m. 1, nº 8.

Leitura Nova:

Livro 1º da Estremadura, fl. 62v-63, 128-129v, 148-149v, 162v-164v, 210v-212, 213v-214v, 264v-266; 289v-291.

Livro 2º da Estremadura, fl. 196-197v, 233-234v.

Livro 4º da Estremadura, fl. 250-250v.

Livro 5º da Estremadura, fl. 121v, 262v.

Livro 6º da Estremadura, fl. 124v-126, 127v-129.

Livro 7º da Estremadura, fl. 96v-97v.

Livro 9º da Estremadura, fl. 52v-54v, 91-93v, 119-119v, 148v-150v, 177v-180v, 199-201v, 234v-237.

Livro 11º da Estremadura, fl. 31-31v.

Registo do Arquivo: Liv. 14, fl. 117v-122v.

Fontes publicadas

BRANDÃO (DE BUARCOS), João – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Edição de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos bens próprios dos reis e rainhas. Documentos para a história da cidade de Lisboa, Lisboa: CML, 1954.

CASTRO, João Baptista – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. 2ª edição. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. 3 vols.

COSTA, António Carvalho de – *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica...*, tomo III. Lisboa: Na Officina Real Deslandresiana, 1712.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1873-1890.

Livro das Posturas Antigas, ed. de Maria Teresa Campos RODRIGUES. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Edição de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1891. Vol. 5.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Dir. de José Pedro Paiva. Lisboa: CEHR-UMP, 2003-2004. Vols. 2 e 3.

“Regimento dos Carpinteiros e Pedreiros (1501-08.24 – 1710-01-13)”. Edição de Sara LOUREIRO. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2ª Série, nº 1 (janeiro-junho 2014), pp. 277-301.

SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade, redempção de cativos, da provincia de Portugal*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794. 2 vols.

Estudos

ANDRADE, Amélia Aguiar; FARELO, Mário – “Lisboa medieval: um tema de investigação no Instituto de Estudos Medievais”. *Cadernos do Arquivo*. Lisboa. 2ª Série, Nº 8 (2017), pp. 205-235.

AZEVEDO, Rui Pinto de – “O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 1 Série, Tomo 6, (1962-1963), pp. 7-23.

BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II/1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII a XV*, ed. anotada por Torquato de Sousa SOARES. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1954. Vol. X.

BENÍTEZ BOLORINOS, Manuel – *Las cofradías medievales en el Reino de Valencia (1329-1458)*. Alicante: Universidad de Alicante, 1998.

BEIRANTE, Ângela – *Confrarias medievais portuguesas*. Lisboa: Ed. da Autora, 1990.

- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820). *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. 20 (2014), pp. 1-19.
- CAETANO, Marcello – “Prefácio”. In LANGHANS, Franz-Paul – *A antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1942, pp. XI-LXXV.
- CASTELO-BRANCO, Fernando – *Breve história da olisipografia*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- CLÁUDIO, Ana Sofia – *São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média*. Évora: [s.n.], 2002. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, Universidade de Évora.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”. In *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa Medieval. XIX Semana de Estudios Medievales, Estella (Navarra) 1992*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1993, pp. 149-183.
- CORREIA, Fernando da Silva – “Os velhos hospitais de Lisboa Antiga”. *Revista Municipal*. Lisboa. Ano 2. Nº 10 (1941), pp. 3-13.
- D’ALCOCHETE, Nuno Daupias – “O compromisso da Confraria do Bem aventurado São Luís Rei de França”. *Boletim internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa. 3 (1962), pp. 327-348.
- DÍAZ TENA, María Eugenia – “Milagros do Bom Jesus” de las *Laudes e Cantigas* de André Dias. *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*. Porto. Vol. 22 (2015), pp. 71-95.
- FARELO, Mário Sérgio da Silva – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Tese de Doutoramento em História Medieval, policopiada.
- FERRO, Maria José Pimenta – “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres”. In *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a*

Idade Média: Actas. 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Tomo 1. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 371-400.

FERRO, Maria José Pimenta – “Assistência social caritativa: I: assistência na Idade Média”. In ANDRADE, António Banha de – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Resistência, 1980, pp. 635-676.

FERRO, Maria José Pimenta – *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FIALHO, Manuel – *Mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento em História Medieval, policopiada.

FONTES, João Luís Inglês – *Da «Pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de Doutoramento em História – Especialização em História Medieval, policopiada.

GOMES, Saul António – “Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: o protagonismo dominicano de Sta. Maria da Vitória”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2^a série. Tomo 7 (1995), pp. 89-150.

LEAL, Joaquim José *et al.* – *Descrição histórica da Ermida de Nossa Senhora do Monte e S. Gen.* Lisboa: Imprensa Commercial, 1806.

LEME, Margarida – “O património dos hospitais medievais na Lisboa Manuelina”. In FONTES, João Luís Inglês *et al.* (Coord.) – *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017, pp. 393-437.

MARTINS, Fernando – *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Dissertação de Mestrado em História Medieval, policopiada.

MEERSSEMAN, Gilles-Gérard – *Confraternite e pietà dei laici nel Medioevo*. Rome: Herder, 1977.

- MENDES, Rui Mendes Mesquita – “Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais”. *Ammentu. Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe*. Cagliari. Nº 7 (luglio-dicembre 2015), pp. 57-90.
- NOGUEIRA, José Maria António – “Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492”. In NOGUEIRA, José Maria António – *Esparsos: Arqueologia, etnografia, bibliografia e história*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, pp. 75-125.
- NÓVOA, Rita Sampaio da – *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV e XV)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em História – Especialização em História Medieval, policopiada.
- PARAVICINI BAGLIANI, Agostino e VAUCHEZ, André (éds.) – *Le mouvement confraternel au Moyen Âge. France, Italie, Suisse. Actes de la table ronde de Lausanne (9-11 mai 1985)*. Rome: École Française de Rome, 1987.
- PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª serie, tomo 7 (1995), pp. 15-52.
- PENTEADO, Pedro – “Confrarias”. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: A-C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.
- PEREIRA, Isaías da Rosa – “As obras de misericórdia na Idade Média: as mercearias de Maria Esteves”. In *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas. 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Tomo II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 719-759.
- PEREIRA, Isaías da Rosa – “Dois compromissos de irmandades de Homens Pretos”. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 9ª Série. 4 (1972), pp. 9-47.
- PINTO, Carla Alferes – “S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque e os bombardeiros alemães. Um episódio artístico em Cochim”. In SIMÕES, Madalena; CURVELO,

Alexandra – *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahr-hundert). Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII)*. Münster: Aschendorff, 2011, pp. 263-280.

PRADALIÉ, Gerard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Edições Palas, 1975.

RODRIGUES, Arminda Mendes – *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Irmandade e Hospício (1530-1862)*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, policopiada, 2 vols.

ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) – *História da Igreja de Portugal*, vol. I: *Formação e limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores, 2000, pp. 423-508.

ROSA, Maria de Lurdes – “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais”. *Lusitania sacra*. Lisboa. 2ª serie, Nº 21, (2009), pp. 75-124.

ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005. Tese de Doutoramento em História Medieval, policopiada [publicação: Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012].

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Confrarias e misericórdias”. In OLIVEIRA, César – *História dos municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 55-60.

SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português 1500-1800*. Lisboa: CNCDP, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Momentos de viragem: a fundação da Misericórdia de Lisboa e o seu primeiro *Compromisso* impresso de 1516”. In LEITÃO, Henrique – *Um Compromisso para o futuro: 500 anos da 1ª edição impressa do Compromisso da Confraria da Misericórdia*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2017, pp. 121-158.

SALGADO, Anastácia Mestrinho e SALGADO, Abílio José – “Hospitais de Lisboa até ao séc. XV”. *Oceanos*. Lisboa. 4 (Julho 1990), pp. 103-109.

SALGADO, Anastácia Mestrinho; SALGADO, Abílio José – Hospitais Medievais. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Advogados, 1994, pp. 442-446.

TAVARES, Maria José Ferro – “Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos”. *Estudos Medievais*. Nº 8 (1987), pp. 55-72.

TELLO HERNÁNDEZ, Esther – *Aportación al estudio de las cofradías medievales y sus devociones en el reino de Aragón*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico” (C.S.I.C.), 2013.

VINCENT, Catherine – *Les confréries médiévales dans le royaume de France*. Paris: Albin Michel, 1994.